



## O Imperialismo Europeu no Século XIX: Justificativas e Consequências

*Elisdael Oliveira Santos, Kelly Silva Vieira, Márcia Valéria Soares dos Reis, Priscila Caroline Mendes, Adriana Duarte Borges Aquino, Cristiane Rodrigues Brito*

### Introdução

O presente estudo tem como pressuposto compreender e diferenciar as interpretações acerca do imperialismo, bem como suas consequências para dominadores e dominados. Utilizado inicialmente para designar uma nova fase de desenvolvimento capitalista, o imperialismo foi apresentado com uma conotação de divisão do mundo entre as grandes potências, no entanto, o termo “passou a fazer parte do vocabulário político e jornalístico desde os anos de 1890, no decorrer das discussões sobre a conquista colonial, adquirindo uma dimensão econômica, a qual como conceito não mais perdeu” (Hobsbawm [1], p. 92). A formulação clássica da teoria econômica foi feita por (Hobson [2], p.80-81), o qual afirmou que “a superprodução, os excedentes de capital e o subconsumo dos países industrializados levaram-nos [sic] a colocar uma parte de seus recursos econômicos fora de sua esfera política e a aplicar uma estratégia de expansão política com vistas a se apossar de novos territórios”.

Assim, a expansão Imperialista do século XIX sobre a África inaugurou uma nova fase da ordem capitalista, diferente da expansão ultramarina e do colonialismo do século XVI. Em relação à expansão Imperialista (Hobsbawm [1], p. 91- 92) corrobora “os elementos políticos e econômicos já não eram claramente separáveis e o Estado desempenhava um papel cada vez mais ativo e crucial tanto no nível interno como externo”. Ao associar política e economia o autor esclarece que essa interpretação é mais viável para o que ocorreu no século XIX, já que a dimensão econômica é relevante, mas insuficiente para explicar as aspirações ou até mesmo as variadas formas de dominação impostas às sociedades africanas, ainda que em nível diferenciado de desenvolvimento, pelas nações imperialistas europeias.

No tocante ao Estado, este pode ser entendido na concepção de Estado Ampliado de (Gramsci [3], p.127), o qual “apoia-se na descoberta dos aparelhos privados de hegemonia” e reconhece que há um equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil, sendo que o Estado, em sentido amplo, comporta essas duas esferas, adquirindo a hegemonia<sup>1</sup> escudada de coerção.

Embora a teoria econômica seja bastante criticada, há um consenso entre os historiadores de que os aspectos econômicos impulsionaram a partilha da África, ainda que associado às teorias psicológicas, políticas e diplomáticas.

### Material e métodos

Para o desenvolvimento desta discussão adotamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Para tanto, tomamos como referências reflexões de (Hobsbawm [1]), o qual analisa o imperialismo a partir dos aspectos políticos e econômicos. Também as contribuições de (Brunschwig [4]) são aqui explicitadas, tendo em vista que o autor reconhece a importância dos aspectos econômicos inerentes ao imperialismo.

Nessa perspectiva, considerando os aspectos políticos e econômicos, quando os conflitos de interesses na África ameaçaram a paz na Europa, alguns países não tiveram escolha, senão retalhar o Continente Africano. Esse era o preço para se salvaguardar o equilíbrio diplomático europeu. Destarte, a partir da segunda metade do século XIX, Inglaterra, França, Rússia, Países Baixos, Bélgica, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha dividiram entre si o Continente Africano.

Essa partilha foi oficializada pela Conferência de Berlim (1884-1885), a qual legitimou a ocupação do Continente, ficando “determinado que não haveria reconhecimento da posse sem a ocupação efetiva do território pelo país que reclamasse os direitos de soberania.” (UNESCO [5], p. 33-34) A partir de então, foi desencadeada uma corrida para as diversas regiões desse continente com o fito de ocupá-las e explorá-las.

As formas de dominação imperialista realizavam-se tanto por meio da administração direta, em que “os principais cargos políticos e administrativos passavam a ser exercidos por autoridades metropolitanas,” quanto de formas indiretas, “por meio de alianças com elites locais, sendo os autóctones sujeitos às funções subalternas.” Ambas as formas foram marcadas pela exploração dos recursos naturais e da mão de obra, além do controle da produção e do consumo local, pois “a função das colônias e das dependências informais era complementar as economias metropolitanas e não fazer-lhes concorrência,” (CANÊDO [6], p. 19) uma vez que no período referente a busca por

<sup>1</sup> Enquanto figura social recebe uma base material própria, um espaço autônomo e específico de manifestação.



mercados consumidores, matérias primas e mão de obra barata eram de extrema importância. O objetivo não era promover o desenvolvimento na área explorada, mas aproveitar da melhor forma possível o que ela tinha a oferecer.

As fronteiras criadas pelas potências imperialistas, após a partilha, não levaram em consideração as divergências tribais, a diversidade de manifestações culturais e as diferentes estruturas administrativas africanas, reunindo dentro de um mesmo território tribos, muitas vezes, com diferenças irreconciliáveis. As formas de dominação impostas às variadas sociedades desse continente, em consonância com a ausência do dominador em promover a integração étnica, justificam os frequentes conflitos tribais, as manifestações e guerrilhas que, em alguns casos, desde antes de 1950, já eram movimentos em favor da emancipação.

Assim, embora (Brunschwig [4],) propusesse uma interpretação não econômica do imperialismo, ele se viu obrigado a reconhecer a importância da economia, dada a sua importância. Assim, compreende que “a partilha de um país (continente)<sup>2</sup> ocorre quando várias potências estrangeiras se põem de acordo para colocá-lo, inteira ou parcialmente, sob sua soberania (p. 13).” A sujeição a outrem implica, sobretudo, rivalidades e negociações entre os partilhantes, como ocorreu na África. Esse fato histórico é entendido por (Martinez [7],) como neocolonialismo, uma nova roupagem das práticas espoliativas em relação aos países, já que não mais se utilizava somente a intervenção armada como forma preferencial de dominação, mas também “adotava-se pressões econômicas, invasões culturais, influências políticas e diplomáticas, além do suborno de líderes nativos, instalação de multinacionais, importação de matérias-primas e exploração das riquezas naturais (p. 17-18)”.

A dominação, a qual Martinez [7] se refere, desrespeitava tanto as estruturas políticas das sociedades africanas, quanto suas formas de organização tribal e suas reciprocidades coletivas e religiosas. Linhares [8] entende essas práticas neocoloniais como características de um contexto em que “[...] as relações colônia-metrópole não mais eram marcadas pela busca de lucros no controle da terra destinada à agricultura de exportação e na construção da rede transportes, mas em atividades nos setores estratégicos de mineração, combustíveis e indústrias” (p. 13).

A essas relações político-econômicas associava-se ao fato de as nações europeias se recusarem reconhecer a autonomia e alteridade dessas sociedades, pois acreditavam ter superioridade racial, econômica e intelectual, possuindo o “fardo<sup>3</sup>” de dirigir sua “missão civilizadora” aos povos desprovidos de “melhores condições de vida.” Essa convicção baseava-se em teorias psicológicas as quais davam sustentação à superioridade que tanto o europeu quanto o americano viam em suas instituições políticas, na organização de suas sociedades e no seu desenvolvimento industrial.

Na perspectiva de Hobsbawm [1], a dominação imperialista foi bem sucedida em função da aprovação, adesão e absorção pela sociedade da postura do Estado no que se refere à sujeição africana, visto que “o europeu podia ir, em número reduzido, com seu capital, sua energia e seu conhecimento para desenvolver um comércio extremamente lucrativo e obter produtos necessários ao uso de sua civilização avançada, pois a sua civilização agora precisava do exótico” (p. 96).

## Resultados e discussão

Com base no referencial deste estudo verificamos que, apesar dos autores pesquisados ressaltarem a relevância das teorias psicológicas, políticas e diplomáticas; o fator econômico tem importância significativa e está diretamente articulado às teorias citadas anteriormente. É o que percebemos na proposição de (Hobsbawm [1], p. 95) o qual aponta a intenção de se criar uma “economia global única, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países entre si e ao mundo não desenvolvido.” O autor chega a essa análise por meio de uma pesquisa acerca da conjuntura dos anos 1890 a 1914, considerando um conjunto de fatores históricos, uma vez que compreende a divisão do globo como uma dimensão econômica sem deixar de destacar a importância do poder político e as ideologias recorrentes do ‘novo’ imperialismo.

Para além das proposições de Hobsbawm, Arendt, [9] inovou em sua argumentação acerca do tema, ao afirmar que o ‘imperialismo colonial’ apresentou como traços fundamentais o expansionismo, a burocracia colonial e o racismo. Assim, consoante a autora, a compreensão do expansionismo transcende o domínio econômico, uma vez que o imperialismo continha uma esfera política de prestígio para a dominação global. Nesse sentido, Arendt [9], apresenta discordância em relação à ideia de que o imperialismo seria o último estágio do capitalismo, pois, para a autora, seria

<sup>2</sup> A adaptação foi feita para o termo ‘Continente’, uma vez que o estudo se refere à partilha do Continente Africano. Na obra, Brunschwig utiliza a palavra ‘País’ por se referir aos países dominados pela França.

<sup>3</sup> Ideia presente na teoria da Evolução das Espécies de Charles Darwin e utilizada pelos europeus para justificar a pseudoideia de que existiam povos superiores e inferiores.



uma expressão do acúmulo de capital, ou seja, o primeiro estágio político da burguesia, sua burocracia colonial e corpo político associado ao exercício da violência e da força como suportes da ação política.

## Conclusão

Aferimos, a partir da discussão empreendida que a concepção imperialista é caracterizada pelo investimento de capital externo associado à propriedade econômica monopolista e às teorias sociológicas. Esses fatores sustentaram por longos períodos o ideário político-expansionista das potências europeias, como também as suas ideologias darwinistas. Sendo que alguns países defendiam suas ações como justas e até benéficas para a humanidade, ante a sua ideologia de progresso e crença de que deveriam transformar-se em potências mundiais, tendo em vista o prestígio e influência que julgavam possuir em relação aos demais povos.

Ressaltamos fatores históricos, tais como a Primeira Guerra, a Crise de 1929 e a conjuntura da Segunda Guerra, os quais comprometeram a estrutura política, econômica e administrativa imperialista devido aos efeitos da crise econômica, à inserção das colônias e participação dos autóctones nas batalhas, restando às nações europeias, ao final dos conflitos, enormes perdas materiais e movimentos em favor da autodeterminação. A real dimensão das consequências desastrosas do imperialismo, embora reconheçam que se tratou de uma época de transformações revolucionárias fundamentais.

## Referências

- [1] HOBBSBAWM, ERIC *A Era dos Impérios*. RJ: 1998.
- [2] HOBSON, John Atkinson. *Imperialism: a Study*. Ann Arbor, MUP, Edição de 1965.
- [3] GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1. 1999.
- [4] BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. SP: Perspectiva, 1993.
- [5] UNESCO. *História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert AduBoahen. – 2ª.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.
- [6] CANÊDO, Leticia Bicalho. *A descolonização da África e da Ásia*. SP: Atual 1986.
- [7] MARTINEZ, Paulo. *Ásia e África: uma ponte sobre o Atlântico*. SP: Moderna 1992.
- [8] LINHARES, Maria Yedda. *A Luta contra a Metrôpole (Ásia e África)*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- [9] ARENDT, Hannah. “*Imperialismo*”. In: *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. SP: Companhia das Letras, 1989.